

Entrevista com Mónica Santolalla¹

Entrevista concedida pela psicanalista Mónica Santolalla em 09 de junho de 2017, durante o Colóquio do XIX Simpósio da Infância e Adolescência da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, aos representantes da Comissão Editorial da Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre: Lúcia Thaler, Denise do Prado Bystronski, Paulo Oscar Teitelbaum, Cristiano Freitas Frank, Kátia Ramil Magalhães, Marli Bergel e Vania Dalcin, com a participação do público presente ao evento.



¹ Psicanalista. Membro efetivo e analista didata da Associação Psicanalítica de Córdoba (APC). Diretora do departamento da criança e do adolescente da FEPAL.

RP – *Dra. Santolalla, como habitualmente fazemos com os nossos entrevistados, gostaríamos de iniciar esta entrevista pedindo que a senhora nos falasse sobre a sua trajetória pessoal e profissional, quais aspectos considera mais relevantes em sua formação psicanalítica e quais considera terem sido as principais influências sobre seu pensamento psicanalítico.*

Mónica Santolalla – Vou começar dizendo que estou sabendo agora do modo de funcionamento desta atividade e que, para mim, a questão da entrevista era quase como um encontro às cegas. E isso foi muito bom, pois, se tivesse este conhecimento anteriormente, sobre as perguntas que vão me fazer, eu teria feito uma espécie de enciclopédismo. Entretanto, desta outra maneira, vejamos o que vem à tona... E o que vem rapidamente à tona é a influência mais importante, que foi a leitura precoce de Freud. Em 1976, na República Argentina, teve início uma das maiores tragédias que a República já sofreu, com o golpe de Estado. Foi uma experiência...! Naquele momento, eu tinha exatamente 12 anos. Por diferentes motivos, eu passara boa parte da minha vida familiar e da minha vida infantil com meus tios e quatro primos, dos quais um é desaparecido, um exilado, outro ficou preso quase até o retorno da democracia e um quarto primo, que tem a minha idade. E, bem, nós fomos quase meio que escondidos. Eu fui criada numa família que não tinha religião. E, de repente, passei a morar dentro de um convento. Isso marcou minha vida, porque... bem, eu não sabia rezar, não sabia os códigos. Eu sabia que estava lá porque eles precisavam me salvar, mas também não entendia direito salvar de quê. Acho que, durante 20 anos das análises que fiz a partir dos 17 anos, fiquei tentando perdoar meus pais pelo o que tinham feito comigo. Depois, com o passar do tempo, pensei: “Não, na realidade, se estou viva foi porque conseguiram...” Eles tiveram essa ideia do convento. Poderiam ter pensado em outra coisa, mas pensaram nisso. Eu estive exilada, realmente, dentro de um convento, e meu primo esteve exilado em uma escola de Agronomia que fica no campo. Dessa maneira, fomos salvos. No convento, havia uma freira que lia a Bíblia latino-americana. E lia Freud às escondidas. Aí comecei a ler Freud, mas às escondidas. Pensem bem: eu estava lá para ser salva! Para poder ficar no colégio, precisei ser batizada. Batismo, comunhão e crisma, tudo junto, em 15 dias, decorando um livrinho pequenininho. Imaginem alguém, com 12 anos, que é arrancada de viver uma vida livre... Sim, pois eu andava de bicicleta, brincava com meus primos. Eu brincava com a bandeira do ERP,² sem entender a gravidade de brincar com a bandeira do ERP. Eu falava

² NR: Sigla do Exército Revolucionário do Povo, grupo político-militar que se opôs ao regime militar na Argentina entre 1969 e 1976, através de ações de guerrilha urbana.

do ERP, eu falava dos Montoneros,³ como qualquer criança de 12 anos.

No meio disso tudo, ler as coisas de Freud, ler os títulos... Lembro que lia os títulos da versão de Ballesteros,⁴ porque ainda não era a edição de Amorrortu; Amorrortu veio depois. Acho que isso marcou minha vida: López Ballesteros.

E a outra coisa que marcou enormemente a minha vida foi que, com a volta da democracia, comecei a ter contato com os textos de Klein, os quais eu lia com devoção militante. Depois, li Bion. E, bem, depois pude analisar toda a questão da militância e do fanatismo e trabalhei sobre os meus próprios aspectos fanáticos.

A formação de Córdoba... uma Sociedade psicanalítica pequena, uma Sociedade muito complicada. Ao mesmo tempo, uma Sociedade a que devo muito. Ela me hospedou, me conteve, me tolerou... A Sociedade de Córdoba não tinha supervisão para crianças. E nem possuía interesse algum em ter.

Não tinha analistas didatas para conduzir as supervisões didáticas. O que poderiam fazer comigo, que ficava dizendo aos berros que queria fazer a supervisão didática de crianças? Não sabiam o que fazer comigo. E eu já tinha arrumado uma confusão, porque era candidata, então tinha ido falar com Etchegoyen, porque já sabia onde ele morava. Nessa época, ia ocorrer o Congresso da FEPAL em Montevidéu, e Daniel Widlocher, então presidente da IPA, estava lá. E conheci Marcelo Viñar. E também estava... aquela figura encantadora, que é David Rosenfeld, com quem eu estava supervisionando na época, e que me dizia: “vá em frente, lute e lute, não desista”.

Então, a Sociedade de Córdoba inventou uma coisa que, durante muito tempo, foi um adendo. Por meio desse adendo, acrescentado ao regulamento do Instituto, permitiram-me fazer a supervisão oficial com David Rosenfeld, um analista que não era da Sociedade, mas que era da IPA, e isso abriu toda uma história... Hoje, digamos, o regulamento do Instituto tem uma supervisão de crianças, temos a especialidade em crianças, montamos essa especialidade com a Sociedade de Mendoza e a de Rosário, porque somos sociedades pequenas e não temos capacidade para desenvolver a especialidade isoladamente. Córdoba possui um observatório de trabalho, estudo, pesquisa da infância.

E, quando me ofereceram este cargo (de Diretora de Infância e Adolescência), eu fui até minha Sociedade e disse a eles: “Ofereceram-me isto, mas eu preciso do aval de vocês. Se vocês não me dão esse aval, isto não existe”. Sabem o que eles me responderam? “Bem, você ir gritar um pouco em outra parte não é uma má ideia”. (*risos...*)

³ NR: Movimento político-militar de oposição ao regime militar na Argentina entre 1970 e 1980, através de ações de guerrilha urbana.

⁴ NR: Versão em espanhol das Obras Completas de Freud por Luis López Ballesteros y de Torres, publicada na Espanha por Biblioteca Nueva Madrid em 1948.

RP – *Estamos vivendo uma época muito conturbada no mundo, com manifestações de radicalismo, xenofobia, individualismo, intolerância às diferenças. Nesse sentido, gostaríamos de saber se a violência da realidade externa, social, tem sido uma questão em sua clínica e, em caso afirmativo, quais têm sido os reflexos na condução do tratamento de crianças e adolescentes.*

Mónica Santolalla – Acho que um dos elementos que mais encontro hoje, acerca da enorme violência social exercida contra a infância, tem a ver com a patologização e com o uso dos rótulos diagnósticos nas crianças.

Considero esse um dos elementos de maior violência que estamos exercendo socialmente. Na Argentina, brigamos muito, muito mesmo. Eu trabalhei durante muitos anos com deficientes. De fato, trabalho até hoje, não com a quantidade de casos que trabalhava em outra época, mas sempre me impactou como ajudar a desenvolver processos simbólicos em crianças com paralisias cerebrais e malformações de diferentes tipos. Talvez o fato de ter feito a residência em hospitais gerais tenha deixado uma marca forte no tipo de clínica que acabei escolhendo.

Ora, a Lei da Deficiência gerou uma enorme armadilha, pelo menos na Argentina. A Lei da Deficiência faz com que o Estado seja obrigado a financiar os tratamentos dessas crianças. Portanto, para todas as crianças com sintomas é declarado um transtorno, elas recebem um rótulo e é expedido para elas um atestado de deficiência, cujas consequências não são poucas e, com isso, são financiados tratamentos que, em geral, estão ligados a tratamentos farmacológicos e cognitivo-comportamentais. Para mim, este é um dos pontos de maior violência.

Plateia – É uma violência do Estado...

RP – *É uma violência social...*

Mónica Santolalla – É uma violência social, não propriamente do Estado. O Estado gerou um dispositivo chamado *Lei da Deficiência*. Acontece que os sistemas de corrupção, que não estão apenas no Estado, mas imbricados nos próprios laços sociais do meu país, terminam pervertendo – como acontece com a perversão – o bom. O bom termina sendo degradado. A questão é essa, porque a Lei da Deficiência, em si, é boa. Veio para suprir um vazio legal. Porém, o problema é a sua utilização. A partir dessa lei, foram criados milhares de centros onde, com medicação e tratamentos geralmente cognitivo-comportamentais, o que se faz é garantir que 25 ou 30 pacientes recebam o subsídio por deficiência, o que significa que, todos os meses, recebem certa quantia de dinheiro, o qual não é pouco. Acho

que esse é um dos elementos mais graves acontecendo com a infância na Argentina. Já vi outros de outro tipo na América Latina, isso é verdade. Mas me parece que esta questão dos rótulos e da patologização da infância é um dos temas que estão afetando mais gravemente a infância e os processos de subjetivação.

Além disso, acho que precisamos saber que essas crianças, em algum momento, vão ser adolescentes. O que vão fazer quando souberem que foram declaradas deficientes? Crianças com enurese são declaradas deficientes!

Por isto, eu lhes digo: cuidado! O rótulo colocou o sintoma no lugar do transtorno. E isso não é menor. Também observei esse tipo de problemática no México. Não a observei, por exemplo, na Venezuela, quando fui lá faz um ano e meio, e nem percebi na Colômbia. Lá observei outro tipo de coisas, mas não essa.

RP – *Na sua experiência, a detecção precoce das crianças que mostram sinais preocupantes na vinculação humana e reconhecimento do outro tem sido também reguladora de uma incidência maior dessas dificuldades na infância?*

Mónica Santolalla – A questão da detecção precoce. Por algum motivo, na verdade, eu concordo, mesmo que possamos pensar que o transtorno generalizado da infância, o espectro dos transtornos autistas tem se transformado em uma espécie de *saco de gatos* aonde vão parar todos os que estiverem um pouco desconectados. Na minha clínica, na verdade, vejo um aumento. Eu sempre adorei, desde que li os primeiros livros de Tustin. Eu já procurei autistas em alguma época da vida. Dizia para meus amigos: “Se conhecer alguém que pareça ser autista, mande para mim que eu vou cobrar bem baratinho, só para atendê-lo. Porque eu preciso aprender”.

Isso aumentou. Por quê? Eu não sei. As pessoas também não... Eu não saber não é importante, mas estive recentemente no Congresso de Autismo e Psicanálise em Paris, que congregou, segundo penso, as pessoas pioneiras no mundo no trabalho com os grupos de autismo, e ninguém sabe muito bem o que aconteceu, o porquê dessa maior incidência, mas é verdade que existe uma maior quantidade de crianças com sintomas de desconexão. Todos concordam com isso e admitem não saber qual é a etiologia. Quase todos recorrem à descrição multifatorial. E quase todos nós também concordávamos quanto à detecção precoce. O que implica a detecção precoce? Essa detecção precoce não é feita pelo psicanalista. Mas se nós, psicanalistas, trabalhássemos um pouco mais com os pediatras nas creches, seguramente ajudaríamos no maior direcionamento dessa detecção precoce para as equipes interdisciplinares, mas de orientação psicanalítica.

É uma responsabilidade. Na Declaração de Cartagena, que foi elaborada em conjunto por todas as sociedades, na qual todas as sociedades participaram,

estipulamos que isso seja um compromisso das sociedades e dos psicanalistas da FEPAL: ter uma atitude militante nas salas de pediatria, nas creches, onde possamos nos fazer presentes. Temos experiência para isso. Indubitavelmente, algumas sociedades da FEPAL estão mais desenvolvidas do que outras. Vocês, por exemplo, são uma das sociedades que mandaram não apenas um escrito impecável, mas também incluíram bibliografia sobre o assunto. Ou seja, vocês estão entre as sociedades com maior responsabilidade em relação a outras que disseram: “Nós não temos ninguém que trabalhe com autismo”. Ou seja, há responsabilidades... Acho que, neste ponto, devemos separar culpa e responsabilidades. Eu gosto da história da responsabilidade, porque isso nos compromete a partir do desejo! Certo? Não a partir do Superego, mas nos compromete a partir do desejo de poder fazer alguma coisa com isto.

As sociedades e os grupos que vêm desenvolvendo certo nível de conhecimento sobre essas patologias tão primárias possuem um papel importante na detecção precoce. Não se trata de esperar, fechados dentro das sociedades ou dos consultórios, mas de sair ao exterior. A Declaração de Cartagena não diz nada de extraordinário, nada que qualquer um de nós já não saiba. O que a Declaração de Cartagena faz é colocar-nos em vinculação com o grande público.

Se vocês soubessem a quantidade de *messengers* que recebo por dia, de pais de grupos de autistas, que viram a Declaração e que entram em contato pelo *Facebook*. Então, me ocorreu a ideia, a partir da Diretoria de Infância (da FEPAL), de fazer o que chamei de *Semeadura*. Mas, o que isso tudo tem a ver com jogar sementes, com semear? Estou tentando passar uma imagem, de uma espécie de lavrador, como o Pequeno Príncipe, jogando sementes desta forma.

Quando estive em Paris (no Congresso de Autismo e Psicanálise), eu fui com uma enorme expectativa e também com um medo terrível, pois pensava: “Por que me convidaram, se os franceses, que não convidam ninguém...?” Sempre ouvi dizer que os franceses não convidam ninguém. Então, escrevi para Leo Bleger, que é amigo meu, porque é argentino: “Leo, por que estou sendo convidada? Você pode averiguar com Maria Cristina Laznik, você que é amigo dela, por que estou sendo convidada?” Então, ele disse: “Não entendo por que você está sendo convidada, mas venha, não tenha tanto medo. Ninguém vai mordê-la aqui”.

Claro, depois percebi, ou fiquei sabendo, que, na verdade, tinha a ver com algo que é muito latino-americano: nós conseguimos elaborar uma declaração juntos. Ficamos dois dias fechados em Cartagena, discutindo, discutindo, discutindo, no melhor estilo latino-americano, aos gritos. Ficamos fechados dois dias! Perdemos a metade do congresso. Mas conseguimos elaborar a declaração entre todos. Não é pouca coisa. Então, depois, Bernard Golse me perguntou: “como conseguiram

chegar a um consenso?” Eu não sei. Pareceu um sonho. Não terminava nunca, pois foram nove horas a cada dia, mas finalmente chegamos a um acordo sobre isso. Porque, vejam, escrevemos um por um, linha por linha, vírgula por vírgula! Eu não posso nem explicar o que foi a discussão pela palavra *adestramento*! Acho que a palavra *adestramento* rendeu cinco horas de discussão.

Bem, eu acho que a Declaração de Cartagena, o trabalho feito a partir da Federação, seja um trabalho que possa ser continuado por outros... Estamos coletando todos os vínculos com os pais e montando este grupo *Semeadura*, no qual vamos reunir grupos de terapeutas – que não são da IPA nem da FEPAL – e os grupos de pais de crianças autistas que querem ficar vinculados a nós. Para que a FEPAL, a psicanálise, a psicanálise da IPA, a nossa psicanálise, possa liderar esse grupo que realmente veio nos procurar. Porque nós da FEPAL temos uma *pegada própria*. Dar-nos a este trabalho de poder liderá-lo. E espero que alguém possa continuar com isto após a minha saída em 2018.

RP – *E, seguindo nessa questão, como lhe parece que a psicanálise pode enfrentar a tendência atual de prescrição precoce e imediata de medicações para tratar problemas emocionais e/ou comportamentais na infância e adolescência?*

Mónica Santolalla – Essa luta está perdida de antemão. Não nos enganemos com isto, ou, então, seríamos líricos, utópicos. Essa é uma luta perdida de antemão, porque os laboratórios têm um poder econômico enorme. Enorme! Parte das discussões para que a palavra *medicalização* não aparecesse na Declaração de Cartagena deveu-se ao fato de que muitos analistas diziam: “Mas, veja, muitos de nós medicamos. E, conforme a quantidade, também, às vezes, podemos assistir a um congresso porque somos financiados.” Houve mesmo muitas pessoas que eu idealizava. Acho que a luta da medicalização é uma luta perdida. Vejam, não podemos brigar. Temos que poder pensar e escolher os inimigos. Eu não vou enfrentar os laboratórios. Temos éticas diferentes. Sei que jamais vou viajar financiada por um laboratório. Vou ficar em Córdoba, decerto. Acho que nós, psicanalistas, temos de poder retomar parte da ética freudiana. Certa feita, li uma entrevista que fizeram com Freud e ele disse: “Perdi tudo. Fui trazido para cá, estou aqui, em Londres, mas perdi todos meus bens”. E é verdade, Freud perdeu tudo pelo caminho. E não negociou. Talvez esse deva ser um eixo, um modelo a ser seguido por nós.

RP – *Voltando de alguma maneira ao tema da violência, as redes sociais têm sido muito utilizadas para propagar a violência entre os adolescentes,*

especialmente no que se refere a suicídios, conforme observamos recentemente com sites do tipo Baleia azul ou mesmo seriados como 13 reasons why. A senhora considera que a facilitação da comunicação global pode estar contribuindo para o incremento dessas situações? E mais, a psicanálise e/ou os psicanalistas, no seu entender, podem contribuir de que maneira em relação a essa circunstância social relativamente nova?

Mónica Santolalla – Eu encarei o tema da violência por outro viés. Fiquei pensando que precisava procurar um local para apresentar uma clínica muito complexa que venho tendo e que tem a ver com o abuso sexual. Uma experiência clínica muito dura, dos últimos anos, não pelo abuso sexual em si, que era um abuso sexual intrafamiliar, mas porque, a partir do instante que meu paciente começou a denunciar o abuso, veio à tona uma trama de pedofilia em Córdoba, uma das maiores redes dos últimos 10 anos. Isso levou – visto que meu paciente estava protegido, mas eu nem tanto – a que eu vivesse durante alguns meses com uma pulseirinha. São pulseirinhas antipânico. A polícia coloca essas pulseirinhas para proteger as testemunhas. Ou seja, a pulseirinha evidencia que você é uma testemunha protegida. Por outro lado, se a gente não a usa... Eu saía do consultório tarde, certo? Muitas noites, o meu marido ia me buscar, porque também estava com medo do que poderia acontecer. Eu fiquei presa nessa situação, totalmente contra a minha vontade, mas fiquei presa dentro dessa complexa trama que é o abuso sexual, a pedofilia e o negócio econômico implicado.

Porque, à medida que essa rede de pedofilia foi se descortinando, revelou-se que o chefe do bando era o avô do meu paciente, o qual tinha abusado do meu paciente. Mas, quando fizeram uma busca no local e encontraram a oficina do avô, tal como meu paciente a tinha descrito, acharam mais de 2.000 filmes de diferentes crianças sendo abusadas. Com isso, começaram a descobrir o envolvimento de pessoas que transportavam crianças de escolas.

A pergunta era sobre o que penso da violência e redes sociais. Penso que as teorias da comunicação têm alguns motivos e a psicanálise poderia contribuir com outros. Na teoria da comunicação há várias indicações de não divulgar os suicídios adolescentes pelo efeito mimético. O que eles chamam de efeito mimético e nós poderíamos chamar de identificação adesiva, que é anterior. Pensemos na base: Esther Bick a descreve como uma etapa prévia à identificação projetiva. Na verdade, quem já atendeu adolescentes com tendências suicidas sabe que existe algo até prévio à identificação projetiva, essa espécie de substrato, essa determinação a morrer. Às vezes, nem sequer é por existir uma rejeição à vida, mas por um desinteresse pela vida. Isto porque aqueles que sentem rejeição nos

dão margem para algum debate, para alguma briga, pois já estamos no terreno da identificação projetiva. Realmente acho que deveríamos voltar a essas velhas teorias da comunicação. Acontece que, hoje, a comunicação, as teorias e os sistemas de comunicação deixaram de proteger, certo? De alguma forma, é um apelo a esse fascínio por observar a morte. É impressionante. As redes filmam como se mata alguém. É mesmo muito, muito impactante. Mas acho que nós, psicanalistas, pelo menos teríamos de fazer algum tipo de advertência sobre isso, sem parecermos tão anacrônicos.

RP – *Aproveitando a sua experiência com adolescentes de risco, na sua opinião, quais adaptações técnicas podem ser pensadas para uma abordagem mais efetiva? E, dentro dessa questão, em um artigo seu, a senhora faz referência ao enquadre não enquadrado. Poderia nos falar mais um pouco a respeito desse enquadre não enquadrado?*

Mónica Santolalla – Posso. O enquadre não enquadrado... A experiência foi me mostrando que, quando quis obrigar os adolescentes a uma determinada quantidade de sessões, etc., foram tentativas frustradas. Foram tentativas que fracassaram rapidamente. Os adolescentes terminaram internados. Ainda – e não digo isto com orgulho, mas com medo –, nenhum paciente meu cometeu suicídio. Mas, honestamente, eu não sei. Atendendo tantos adolescentes como faço, é uma possibilidade. Também é verdade que procuro não correr riscos. Supervisiono muito e não arrisco tanto. Acho que o enquadre não enquadrado tem a ver com ir montando um enquadre a cada dia. Ter a disponibilidade de montá-lo dia após dia. Eu, por exemplo, nesses anos na FEPAL, não tenho tomado esse tipo de pacientes. Na verdade, não tenho tomado nenhum tipo de paciente desde que aceitei o cargo na FEPAL; até eu sair, no ano que vem, não tenho intenção de tomar novos pacientes. Porque viajo, porque vou e venho, porque não estou, porque gero toda uma quantidade de instabilidade que seria iatrogênica. É preciso ter disponibilidade para ir construindo um dia a dia com o paciente. Totalmente um dia a dia. Esse dia a dia, às vezes, é no consultório. Outras vezes, esse dia a dia é na porta do colégio, na porta da sua casa, porque ele não quis sair, na praça...

Ter a convicção de que a sessão é onde esse paciente e eu pudermos nos encontrar, sabendo que temos de ir ao encontro do paciente. Quando consegui supervisionar com Horácio Etchegoyen, ele já era idoso. Horácio foi uma das pessoas que me ajudou, dizendo: “fale com fulano, com sicrano...” para eu poder fazer a supervisão oficial de crianças, como já lhes contei no início. Horácio dizia: “A gente não sai por aí procurando a transferência, a gente a encontra”. Eu, na

verdade, com estes jovens, saio para procurar a transferência. Saio para montar a transferência. Saio com paixão. Saio movida pelo meu desejo como analista. Não saio tentando seduzi-los, mas tentando montar a transferência. Às vezes, dá certo, e outras, nem tanto. Tenho um paciente que era fotógrafo, então tirava fotos e fotos e imagens e imagens, e montava de modo a sempre terminar mostrando uma morte. Uma morte. Ele, por exemplo, não queria vir ao consultório, vinha talvez uma vez por semana, e morava num local da serra de Córdoba chamado Unquillo, que fica a uns 40 km de distância. Então, no início, para mim era bem difícil ir até Unquillo a toda hora. Então, eu lhe propus que nos encontrássemos na metade do caminho. Encontrávamo-nos na beira do aeroporto. Tínhamos as sessões enquanto olhávamos os aviões decolando. Porque ele calculou que o aeroporto ficava exatamente na metade do caminho entre a casa dele e o meu consultório. No aeroporto. E sentávamos na beira, cada um de nós levava sua manta e sentávamos... No aeroporto de Córdoba, há uma espécie de beira, que é como um aramado, e sentávamos lá. Foi quase um ano e meio. Tivemos muitas sessões nessa metade do caminho. Hoje é um paciente extraordinário, continua sendo meu paciente. É um dos pacientes que suportam meu *fepalismo*, e ele mesmo me diz: “imagina se fosse na época do 1 a 1”, porque ele chama essa época em que nos encontrávamos na metade do caminho de *1 a 1*. Realmente era... *o enquadre não enquadrado*, era um *1 a 1*, dia após dia.

RP – *Voltando ao tema da violência, de que a senhora nos falava. Aproveitando sua experiência com essa rede de pedofilia, que envolveu o sistema de justiça, o sistema policial, a senhora comentou, em outro momento, que entende existir uma interface possível entre o psicanalista e a lei, especialmente em casos de abuso sexual de crianças, referindo-se a possíveis elementos de prova que o psicanalista pode aportar a um processo judicial. Isso nos chamou a atenção, porque, no Brasil, via de regra, não são aceitas abordagens psicanalíticas como prova em situações forenses. Então, poderíamos falar um pouco sobre sua experiência a respeito do uso e da aceitação de uma abordagem psicanalítica em processos judiciais envolvendo essas questões?*

Mónica Santolalla – Um dos elementos de prova, neste processo, foram os desenhos. O elemento de prova capital foi o desenho. Com o agravante – mas, enfim, a gente não escolhe estas coisas – de que o desenho... O meu consultório para crianças tem quadros brancos em todas as paredes. Assim, quando meu paciente começou a me contar, começou a falar do abuso, começou a desenhar, porque ele contava desenhando; quando me dei conta, todas as paredes ao meu

redor, no consultório, estavam desenhadas. Então, tive vários problemas. Porque ainda não tinha falado com o pai do meu paciente. A mãe do meu paciente tinha se suicidado. Eu precisava falar com o pai. Mas, ao mesmo tempo, meus outros pacientes estavam vindo ao consultório. O que eu podia fazer com aqueles quadros-brancos? Também não podia apagá-los, porque esses desenhos não poderiam ser reconstruídos! Então, tirei fotos. Liguei para um dos psicanalistas que trabalha com perícias, que sabe disso, e disse: “Está acontecendo isto comigo. Estou desesperada, o que faço? Porque meu consultório está todo desenhado. Eu preciso me tranquilizar, em primeiro lugar. Digerir isto. Para poder chamar o pai do meu paciente. E, ao mesmo tempo, pensar o que vou fazer com esses quadros e essas paredes. Porque tenho todos os meus outros pacientes”. Então, ele me respondeu – e foi muito bom... Hoje ele me diz que falou qualquer coisa para me tranquilizar, que não sabia que as palavras dele teriam o efeito que vieram a ter. Se eu tivesse sentido a dúvida dele, teria um infarto, ainda bem que ele falou comigo como se tivesse total clareza. Ele disse: “Tire fotos com o celular, porque, numa perícia, não tem como apagar a data do celular, nem a hora. O celular é muito mais fácil do que uma câmera fotográfica para periciar, então tire fotos com o celular tranquila. Dê-se o tempo que precisar”. Pensei que de qualquer maneira, como precisava trabalhar os desenhos com meu paciente, iria me dar um tempo, cobrir tudo, e dar uma explicação para os outros pacientes. Enfim, me dei todo esse trabalho e a questão do desenho foi complicada, mas foi o elemento de prova mais importante. Vi isso no julgamento. Porque, nos desenhos, o meu paciente montou um mapa da casa do avô, a oficina, e disse: “O avô filmava coisas e depois levava isso para o quarto de trastes velhos”. E ele desenhou, ficou desenhado no quadro. Na verdade, essa expressão *quartinho de trastes velhos* é um termo muito cordobês. E nesse quartinho de trastes velhos, quando a polícia foi revistar a oficina do avô, encontraram lá os 2.000 filmes. Vendo o que o desenho ia indicando, a Promotora Geral, encarregada dos casos de abuso de pessoas em Córdoba, disse que o meu paciente é um grande desenhista, porque ele foi marcando mapas; mapas e mapas, numa linha clara. Foi marcando quem o fazia assistir os filmes... O elemento de prova foi o desenho.

RP – *Nesse sentido, o desenho não representava as cenas do abuso, mas uma indicação de onde estavam as coisas do avô.*

Mónica Santolalla – Mas parte do desenho representava o que esse menino sentia por esse avô, certo? O lugar da mãe... São muito importantes os desenhos. Depois, ele mostra nos desenhos. Se eu passei por cinco observações Gesell, ele

deve ter passado, facilmente, por oito. Mas, para ele, mostravam os desenhos e o faziam voltar a narrar, procurando que o menino se contradissesse. E ele diz uma coisa – agora ele tem 11 anos... Ele diz uma coisa muito interessante: “Eles queriam que eu mentisse. Eu percebia que eles queriam que mentisse. E quer saber? Como me mostravam os desenhos que fiz para você, isso me acompanhava”. Pensem que, durante esse tempo, a transferência foi muito difícil, foi muito idealizada e muito difícil.

Plateia – Você o consultou sobre se ele queria que você apresentasse os desenhos? Como foi esse processo? Ele pediu...?

Mónica Santolalla – Não, não. Ele não pediu nada. Ele não pediu nada. Essa foi uma das questões. Ele não pediu nada. Foi o pai quem tomou a decisão e, a partir daí, a partir da intervenção dos tribunais federais – porque as causas de abuso sexual são da alçada dos tribunais federais –, nem ele nem eu escolhemos nada.

Plateia – O avô era pai de quem?

Mónica Santolalla – O avô era o materno. A mãe se suicidou.

Plateia – Ele abusou da filha...

Mónica Santolalla – Exatamente. Exatamente. A mãe tinha deixado uma carta, que o pai conseguiu... Essa carta foi arquivada judicialmente. E a Promotora abriu, por sua vez, um processo contra quem tinha julgado a causa da morte da mãe, que não foi morte natural. Porque se, naquele momento, alguém tivesse lido a carta deixada por essa mãe, a história teria sido diferente.

Quando tudo começou, o meu paciente falou comigo do motivo pelo qual ele não queria visitar o avô. Ele não queria visitar o avô, e o avô e a avó maternos tinham iniciado um processo para que essas crianças voltassem a ter visitas, pedindo uma pensão alimentícia pelas visitas. O pai deste paciente é um empresário importante de Córdoba.

Quero acrescentar uma coisa em relação à pergunta da plateia sobre se meu paciente foi consultado quanto à apresentação dos desenhos à justiça. Esse ponto não teve um preço baixo para a transferência. Se a transferência ainda sobrevive é porque paciente e analista temos feito um investimento muito grande nesse sentido, mas o preço não foi baixo. E foi um ponto importante para que pudesse aparecer, na análise, o abusador nele.

RP – *Voltando a falar de paixão, que tem sido uma marca de todas as suas manifestações. Na sua opinião, o que mantém, no analista, a paixão continuada pela psicanálise? E mais: se o analista de crianças teria oportunidade de manter um apaixonamento maior pela psicanálise em comparação ao analista de adultos? Reconhecemos que essa é uma pergunta tendenciosa...*

Mónica Santolalla – É muito tendenciosa! A pergunta é muito tendenciosa. Então, vejamos. O que nos mantém apaixonados? Não sei. Vou dizer o que me mantém apaixonada. Eu li Klein de forma militante, como já falei, mas, faz alguns anos, comecei a ler Lacan, por curiosidade, por debate, porque me chateava terrivelmente que os lacanianos, na minha sociedade, falassem de uma coisa que, para mim, soava como mandarim! Então, comecei a ficar muito chateada. Além disso, curiosa como sempre fui, interessava-me. Então, comecei a ler sobre a escola francesa e, realmente, as contribuições são muito importantes. O que nos mantém apaixonados? A própria análise. Eu, a cada certo tempo, me analiso. E acho que é parte do legado da nossa formação da IPA. Nós somos obrigados, a IPA nos obriga. A FEPAL, não. A FEPAL acompanha o que a IPA estabelece, mas a IPA nos obriga a uma análise que, na minha época, era de quatro ou cinco vezes. Depois podemos escolher com quem nos analisamos. Mas eu acho que há algo da paixão que me vem da minha análise pessoal. Realmente, quando vejo psicanalistas cuja última análise foi a didática, digo: “Ai, mas é quase da pré-história!” Pois é, para mim, a análise é minha fonte de paixão. A leitura, os congressos, os debates com colegas, a clínica... É, a clínica é uma perdição. Mas, se tivesse de pensar rapidamente, diria que é a própria análise. Certo? A análise do analista. Para mim, sem dúvida alguma. É a melhor parte do legado da IPA. E não é pouca coisa.

RP – *E a parte tendenciosa da pergunta...*

Mónica Santolalla – E a parte tendenciosa. Teria a oportunidade de manter um apaixonamento maior...? Não. Eu acho que não. A psicanálise é uma, não é? Fazemos transferências com a psicanálise, ora trabalhando com crianças, com adolescentes ou adultos. Eu não vejo essa diferença. Acho que a psicanálise me apaixona, pessoalmente, por diferentes aspectos de cada um, por diferentes aspectos da história. E por coisas que, talvez, nem sequer saibamos, gostamos mais de trabalhar com um grupo etário do que com outro. Por outro lado, acho que, para nós, psicanalistas que trabalhamos com crianças, chega um momento... acho que há um limite temporal. Disseram-me isso faz muitos anos e eu falei: “Não, não, não”. Hoje reconheço que, quando os pacientes adultos vêm, estou muito cansada

de ficar jogada no chão... Vocês não imaginam o que tem sido ficar jogada no chão. Não é um detalhe menor, a disposição física, quando se trabalha com crianças.

Quero lhes contar uma história curtinha, para falar que, quando pensamos em desafios, precisamos dar conta daquilo que dizia Nietzsche, sobre os aspectos ativos e reativos. Eu sou quase militante da questão do *Skype*. Já discuti na minha sociedade por que não aceitam as análises por *Skype*. Sempre esclarecendo, sendo honesta, que eu não tinha experiência de pacientes por *Skype*, a não ser quando viajo, que os pacientes falam comigo por *Skype*, por *FaceTime*, mas é apenas enquanto estou viajando, durante quatro ou cinco dias. Mas, então, passei por um período em que fiquei sem poder caminhar (por um problema no pé). E a minha analista está em Buenos Aires, não em Córdoba. Eu viajo rigorosamente, a cada 15 dias, a Buenos Aires, me analiso. Comecei a pensar: “e por que não...?” E todos me diziam: “por que não por *Skype*?” Não me acho... e não me achei. E até conseguir ficar em pé, não tenho como ir a Buenos Aires, e disse para minha analista: “Eu não consigo, essa é a verdade. Não consigo, não sei fazer por *Skype*”. Não sei ao certo se é porque já pertenço a outro tempo... A nova onda é por *Skype*, mas eu já estou no mar faz muito tempo. Porque sou muito mais conservadora do que eu acho que sou? O porquê não sei. Mas, a verdade é que não consegui. Não consegui continuar com a análise. Preferi dizer: “não posso viajar. Fazer o quê? Não posso ficar em pé. Não posso caminhar. Estou em repouso absoluto. Não posso ir”. Por mais que aquilo me deixasse agoniada. Para alguém que é um *Papa-léguas* e que encara a vida como um *Papa-léguas*, ficar um mês, em casa, em repouso, foi terrível! No entanto, segurei a vontade, pois não conseguia.

Eu acho que, nesta questão, é preciso tentar não protocolizar, porque é tão forte o mal que podemos causar protocolizando, estabelecendo que é preciso ter quatro ou cinco sessões, quanto protocolizando que, agora, é preciso ser moderno e estar no *Skype*. Acho que há algo da liberdade, na análise, dessa liberdade e dessa convocação ao desejo, que é importante que possamos sustentar.

Plateia – A entrevista foi encantadora. Gostaria de cumprimentar os entrevistadores, a Revista. Quando você, em atividade anterior desse Simpósio, nos trouxe o caso de Tomás, eu pude perceber como você alterou o *setting* de acordo com a demanda e a necessidade dele. E, depois, li que você marcava uma sessão a cada dia. Ele demandava isso. Você não o instituiu. Poderia falar um pouco mais sobre como você montou isso?

Mónica Santolalla – *O enquadre não enquadrado*. É preciso ter uma enorme disponibilidade para isso. Porque precisamos ter uma agenda e a possibilidade de

dizer: “vou colocar... neste momento...”. As coisas que já fiz... Por exemplo, mudar o horário de outro paciente para receber Tomás naquele horário, faltar a jantares de família... Vejamos. São casos graves que, ou eu os tomo psicanaliticamente, ou como eu entendo que é psicanaliticamente, ou não os tomo. Propondo uma espécie de dispositivo automático, de duas sessões por semana, este tipo de paciente não funciona, não evolui e, na verdade, o que fazemos é como prescrever um antibiótico errado: geramos anticorpos. Acho que muitos dos anticorpos que existem contra a psicanálise, neste momento, foram gerados pelos próprios psicanalistas, usando o dispositivo no automático. Eu, pessoalmente, prefiro não usá-lo. Então... Na verdade, o nome dele é outro. Chamei-o Tomás... Chamei-o Tomás pensando nos Evangelhos. Em Santo Tomás, Santo Agostinho... que são os diferentes evangelhos do Novo Testamento. Vejam como ainda me lembro do convento. (*risos...*) Eu lhe dizia – de acordo como o via: “O que você acha? Quando podemos continuar?” Se eu via alguma situação... porque eu ia medindo isso a cada dia. Se ele me dizia: “Não, mas... Não, amanhã, não. Não, não, não, não vou vir, porque estou cansado...” E eu via que havia risco, no mesmo momento em que ele ia embora... Sempre vinha buscá-lo o avô. Esse avô foi um avô maravilhoso, porque o apoiava, o acompanhava. Mas alguém avisava. Se a mãe vinha, ela avisava o avô; se vinha o avô, ele avisava a mãe. Se eu via que havia uma situação que demandava estar alerta, e ele me dizia que vinha, suponhamos, de uma segunda a uma quarta, eu avisava alguém para ficar atento. Avisava na escola, eu tinha o telefone do diretor da escola. E, quando ele voltou ao grupo de música, esse foi um momento de muita tranquilidade, porque esse grupo de música tem uma questão do tipo da Igreja Universal, mas, sinceramente, eu respeito todo dispositivo que venha bem para manter um garoto com vida. Outro dia, alguém, num seminário que dou em Córdoba para os candidatos, me perguntou: “Bem, mas por que você diz que é preciso tentar mantê-lo com vida?” Então, eu lhe disse: “Veja, pode ser preconceito, posição ética, deem o nome que preferirem: eu acho que um psicanalista deve trabalhar pela vida.” □

Recebido em 08/06/2017

Aceito em 22/03/2018

Tradução de Adriana **Carina Camacho Álvarez**

Revisão gramatical de **Gustavo Czekster**

Revisão técnica de **Paulo Oscar Teitelbaum**

Mónica Santolalla

Obispo Salguero 474 – 7mo. Piso Dto. C
Cordoba, Córdoba 5009 – Argentina
e-mail: santolallamonica@gmail.com

© *Mónica Santolalla*

Versão em português da Revista de Psicanálise – SPPA